

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.690 - SP (2019/0214798-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **KLAUS BRUNO TIEDEMANN**
ADVOGADO : **FRANCIS TED FERNANDES - SP208099**
AGRAVADO : **TAVERNEIRO VARGA ADVOGADOS ASSOCIADOS**
ADVOGADOS : **CAIO AMURI VARGA - SP185451**
WELLINGTON JOSE PASCHOALLI FILHO - SP336698
RODRIGO ALVES ZAPAROLI - SP295591

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por KLAUS BRUNO TIEDEMANN contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"AGRAVO INTERNO INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU O EFEITO SUSPENSIVO PRETENDIDO - AGRAVO DE INSTRUMENTO JULGADO PERDA DO OBJETO - RECURSO PREJUDICADO" (fl. 193 e-STJ).

No recurso especial, foi alegada, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 805 e 873 do Código de Processo Civil de 2015, ao fundamento de que existiria fundada dúvida quanto ao valor atribuído ao bem penhorado e de que seria flagrante o erro na avaliação feita pelo perito.

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 233-253 e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, convém asseverar que a Corte estadual, ao julgar o agravo interno interposto pelo ora recorrente, que buscava o deferimento de efeito suspensivo ao seu agravo de instrumento, concluiu que a insurgência recursal estava prejudicada por decorrência de acórdão, proferido nos autos do referido agravo de instrumento, que apreciou e julgou o

Superior Tribunal de Justiça

mérito do recurso, indeferindo os pedidos do agravante.

Assim se pronunciou o Tribunal de origem ao concluir que o agravo interno estava prejudicado:

"(...)

Ab initio, deixo consignado que o recurso está prejudicado.

Com efeito, conforme se nota pelo Acórdão proferido nos autos do recurso de agravo de instrumento (fls.165/169), já foi apreciado o mérito do recurso, negando provimento à irresignação do agravante que pleiteava nova avaliação do imóvel.

Sobrevindo, pois, exauriente conhecimento do mérito recursal, não há mais o que se falar na concessão de efeito suspensivo ao agravo de instrumento que já foi apreciado, inexistindo qualquer interesse quanto à reforma da decisão recorrida.

Nesse contexto, evidente que o agravo interno em análise perdeu o seu objeto, estando prejudicado" (fl. 194 e-STJ).

Observa-se, no entanto, que o recurso especial interposto pelo ora agravante (fls. 197-214) não impugna ou levanta discussão quanto aos fundamentos utilizados no supracitado acórdão, o qual entendeu estar prejudicado seu recurso.

Em suas razões, o recorrente apenas discutiu questões atinentes ao mérito de seu agravo de instrumento, matéria esta que não foi sequer tratada no acórdão objeto do apelo extremo, que limitou-se a julgá-lo prejudicado.

É evidente, portanto, a deficiência da fundamentação do recurso especial, atraindo a aplicação, por analogia, do óbice contido na Súmula nº 284/STF, o qual inviabiliza o conhecimento do recurso também pela alínea "c" do permissivo constitucional.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULA Nº 284/STF. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Estando as razões do recurso dissociadas do que decidido no acórdão recorrido, é inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. (...)

3. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 609.654/RJ, Rel. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/9/2015, DJe 8/9/2015- grifou-se).

Ante o exposto conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), haja vista que o recurso especial é oriundo de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

